

DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO SOCIAL DE PAISAGENS: DIÁLOGO DE SABERES COM COMUNIDADE AUTODECLARADA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins

Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA (Mossoró-RN, Brasil)

jacquelinevasconcelos@ufersa.edu.br

Edson Vicente da Silva

Universidade Federal do Ceará – UFC (Fortaleza-CE, Brasil)

cacaueara@gmail.com

Paulo Cesar Moura da Silva

Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA (Mossoró-RN, Brasil)

paulo.moura@ufersa.edu.br

Resumo

O objetivo deste estudo é realizar um diagnóstico participativo e mapeamento social de paisagens na perspectiva da sustentabilidade local, com base no diálogo entre saberes locais e científicos e, assim, contribuir para o fortalecimento territorial e cultural da comunidade indígena Mendonça do Amarelão no Município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte, Brasil. De etnia potiguara, é a maior do Estado, onde tem sido crescente as comunidades que reivindicam direitos por reconhecimento e demarcação de seu território. Foram utilizadas ferramentas de pesquisa qualitativa como oficinas participativas para detectar as principais influências internas e externas. As percepções e usos das paisagens resultaram no semáforo socioambiental e cultural e em mapa construído coletivamente com a identificação de locais de relevância, descritos respeitando a toponímia local. Foi verificado, dentre as principais potencialidades, a associação comunitária e suas conquistas, a trilha etnoturística e a festa da castanha que contribuem para maior visibilidade e fortalecimento etnocultural. O principal problema é a não demarcação de seu território, realidade semelhante em outras comunidades indígenas. Neste estudo, as metodologias anticoloniais utilizadas se mostraram eficazes no empoderamento, autonomia e no fortalecimento das lutas locais por reconhecimento e demarcação tardia de seus territórios, configurando-se ainda em instrumento de subsídios para políticas públicas.

Palavras-chave: matriz FOFA; semáforo socioambiental e cultural; planejamento das paisagens

DIAGNOSIS AND SOCIAL MAPPING OF LANDSCAPES: DIALOGUE OF KNOWLEDGE WITH COMMUNITY SELF-DECLARED AS INDIGENOUS IN RIO GRANDE DO NORTE STATE, BRAZIL

Abstract

The aim of this study is to carry out a participatory diagnosis and social mapping of landscapes from local sustainability perspective, based on the dialogue between local and scientific knowledge and, therefore, contribute to the territorial and cultural strengthening of Mendonça do Amarelão indigenous community in the town of João Câmara, state of Rio Grande do Norte, Brazil. With its Potiguara ethnicity, it is the largest in the State, where communities claiming rights for recognition and demarcation of their lands have been growing. Qualitative research tools were used such as participatory workshops to detect the main internal and external influences. The perceptions and uses of the landscapes resulted in the socio-environmental and cultural traffic light and in a map that was

built collectively with the identification of places of relevance, described respecting the local toponymy. Among the main potentialities, the community association and its achievements, the ethno-tourist trail and the cashew nut festival were verified, which contribute to greater visibility and ethnocultural strengthening. The main issue is the absence of demarcation of their lands, a similar reality in other indigenous communities. In this study, the anti-colonial methodologies used proved to be effective in empowering, autonomy and in strengthening local struggles for recognition and delayed demarcation of their territories, yet being an instrument of subsidies for public policies.

Key words: SWOT matrix; socio-environmental and cultural traffic lights; landscape planning

DIAGNÓSTICO Y MAPEO SOCIAL DE LOS PAISAJES: DIÁLOGO DE CONOCIMIENTOS CON LA COMUNIDAD AUTODECLARADA INDÍGENA EN ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Resumen

El objetivo de este estudio es llevar a cabo un diagnóstico participativo y un mapeo social de paisajes desde la perspectiva de la sostenibilidad local, basado en el diálogo entre el conocimiento local y científico y, por lo tanto, contribuir al fortalecimiento territorial y cultural de la comunidad indígena Mendonça do Amarelão ubicada en el municipio de João Câmara, estado de Rio Grande do Norte, Brasil. De la etnia potiguara, es la más grande del estado, donde ha habido comunidades en crecimiento que reclaman derechos de reconocimiento y demarcación de sus tierras. Se utilizaron herramientas de investigación cualitativa como talleres participativos para detectar las principales influencias internas y externas. Las percepciones y usos de los paisajes dieron como resultado los semáforos socioambientales y culturales y en un mapa construido colectivamente con la identificación de lugares relevantes, descrito respetando la toponimia local. Entre las principales potencialidades, se verificó la asociación comunitaria y sus conquistas, la ruta etno-turística y el festival de la castaña que contribuyen a una mayor visibilidad y fortalecimiento etnocultural. El principal problema es la falta de demarcación de sus tierras, una realidad similar en otras comunidades indígenas. En este estudio, las metodologías anticoloniales utilizadas demostraron ser efectivas en el empoderamiento, la autonomía y el fortalecimiento de las luchas locales por el reconocimiento y la demarcación tardía de sus territorios, siendo aún un instrumento de subsidios para las políticas públicas.

Palabras-clave: matriz FOFA; semáforos socioambientales y culturales; planificación del paisaje

Introdução

Os invasores colonizadores europeus, desde o início do século XVI, encontraram no continente americano uma forma de direcionar seus esforços na exploração da natureza, submetendo à escravização e genocídios os povos originários. Desta forma, causaram a erosão da grande diversidade de culturas e epistemologias, perdas territoriais e até mesmo a suposta extinção de povos em algumas regiões.

Todavía, à medida que povos e nações indígenas têm buscado o resgate da sua identidade etnocultural, uma nova realidade tem se configurado. É o caso de vários países da América Latina, entre eles o Brasil, sobretudo nas regiões Norte e mais recentemente

Nordeste. No estado do Rio Grande do Norte ainda não se observa o registro oficial de Terra Indígena – TI – demarcada, mesmo sendo crescente a autodeclaração de comunidades indígenas e a reivindicação por direitos amplamente previstos na legislação brasileira a partir do reconhecimento étnico.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS com metas para serem alcançadas até 2030 fazem menção aos povos indígenas, incluindo o acesso seguro e igual à terra. Para tanto, é fundamental compreender como as comunidades locais percebem seus ambientes na perspectiva das metodologias anticoloniais, a exemplo dos mapeamentos participativos que se configuram em instrumentos de poder e fortalecimento na luta do movimento indígena.

Assim, partindo do questionamento sobre as percepções e usos das paisagens na perspectiva da sustentabilidade local, o objetivo deste artigo é realizar um diagnóstico e mapeamento social de paisagens com base no diálogo entre saberes científicos e locais e, assim, contribuir para o fortalecimento territorial e cultural da comunidade autoidentificada indígena Mendonça do Amarelão em João Câmara-RN, a maior do estado em população e área.

Neste estudo são relevantes conceitos como paisagem para se ter uma visão das interações entre humanos e natureza na sua totalidade, autodeterminação e empoderamento que visam a autonomia dos povos e de sustentabilidade ao considerar o ecossistema e as diferentes formas de vida.

Aspectos teórico-metodológicos

A guerra aos indígenas na costa atlântica foi condição para o estabelecimento da colônia chamada Brasil. A superioridade tecnológica e militar dos colonizadores, as violências e epidemias explicam a “extinção” dos indígenas em algumas regiões, criando com esse processo de subalternização identidades sociais com direitos diferenciados. Todavia, antes da chegada dos portugueses os indígenas possuíam com exclusividade os recursos naturais (OLIVEIRA, 2016).

Em abordagem sobre a classificação social decorrente da colonialidade do poder, Quijano (2010) enfatiza que, para além da estrutura de dominação/exploração do colonialismo, a colonialidade enquanto regime cultural e civilizacional permanece nas formas

de poder e de saber, subjugando os conhecimentos locais. Leff (2012), por sua vez, aponta o saber ambiental como uma nova racionalidade com novas estratégias de poder no saber que orienta a apropriação da natureza, ou seja, propõe o diálogo de saberes com diferentes conhecimentos aprendendo a conviver.

Com base na noção de território no sentido funcional, ou seja, de seu papel enquanto recurso natural e de territorialidade no sentido simbólico que incorpora as dimensões política, econômica e cultural (HAESBAERT, 2015), aspectos sobre a exclusão social de grupos oprimidos, considerados cidadãos apenas formalmente, devem ser priorizados na possibilidade de uma cultura emancipatória e o movimento indígena iniciado nas décadas de 1980-1990 é um exemplo de grande manifestação da reterritorialização, por manterem estreita identidade com seus territórios (SANTOS, 2001). Desse modo, a paisagem, enquanto manifestação formal do território, possibilita uma visão totalizadora das interações entre sociedade e natureza, ou seja, uma perspectiva sistêmica (CAPRA, 2001; RODRIGUEZ e SILVA, 2002). Nesse entendimento, é essencial o empoderamento pelas comunidades, conforme a perspectiva *freireana* apontada por Baquero (2012) e que se traduz em sustentabilidade, numa perspectiva integradora ou sistêmica (BOFF, 2012).

Em relação ao direito à livre determinação ou autoidentidade (ONU, 2007; OIT, 2011) no caso dos povos indígenas é essencialmente reparador (RESENDE, 2014). Assim, no último censo demográfico brasileiro foi permitida a autoidentificação e no Plano Setorial para as Culturas Indígenas estão previstos, além da autodeterminação, autonomia e protagonismo, o mapeamento, registro e difusão das culturas (IBGE, 2010; BRASIL, 2012a).

A luta do movimento indígena no Rio Grande do Norte tem como marco da mobilização o ano de 2005. Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado três comunidades formalizaram a autoidentificação como povo indígena de etnia Potiguara: os “Mendonças do Amarelão” de João Câmara-RN; os “Caboclos do Assu” de Assu-RN e os “Eleotérios do Catu” localizados na divisa entre os municípios de Goianinha e Canguaretama-RN. Todavia, crescente número de comunidades autodeclaradas indígenas tem reivindicado direitos a partir da busca pelo reconhecimento e no ano de 2015, por recomendação do Ministério Público e da Advocacia Geral da União, a Fundação Nacional do Índio – Funai – instituiu um Grupo Técnico – GT – para identificar e delimitar a TI da comunidade de Sagi Trabanda também de etnia Potiguara, localizada no município de Baía Formosa-RN, devido aos constantes conflitos fundiários (SILVA, 2007; MACEDO, 2011;

CAMPOS, 2014; OLIVEIRA, 2014; PEREIRA, 2015; MONTEIRO, 2015; GUERRA, 2017; VIEIRA e KÓS, 2017; FREITAS, 2018).

No Rio Grande do Norte, as comunidades autodeclaradas indígenas formalizaram o relatório de Qualificação de Reinvidicação de Demarcação de Terras, através de registro no Departamento de Proteção Territorial - DPT da FUNAI. Vale esclarecer que essa etapa antecede as fases do procedimento demarcatório, ou seja, é feita antes mesmo da formação do GT.

Em ampla perspectiva, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS – (ONU, 2015) estabelecidos com metas até 2030, faz-se menção aos indígenas em seis objetivos. Especificamente no que trata de "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", destaca sobre a necessidade do acesso seguro e igual à terra. Em outras partes do documento os objetivos apontam também sobre a importância da educação inclusiva, do empoderamento de populações vulneráveis e de apoio às condições produtivas e à geração de renda não agrícola.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto do Índio, Lei 6001/73 (BRASIL, 1973) e o Decreto n.º1775/96 (BRASIL, 1996) classificam as modalidades de TIs. O referido Decreto também regulamenta o processo de demarcação de TI; sendo a primeira das etapas denominada “em estudo” (CIMI, 2011; FUNAI, 2019), prevê a formação de um GT para elaborar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena – RCID. Convém salientar que parte das TIs não demarcadas foram reconhecidas pouco antes ou mesmo após os documentos legais, entre eles o Estatuto do Índio e a própria Constituição Federal, decorrendo daí a discussão em torno da tese do marco temporal (OLIVEIRA, 2016; CUNHA, 2018; GOMES, 2018).

Na fase “em estudo”, para fundamentar a identificação e delimitação da TI, constam também aspectos ambientais e cartográficos (FUNAI, 2019). Nesse sentido, o mapeamento social, como instrumento ou tecnologia social utilizada para construir mapas coletivamente, contempla aspectos socioambientais, econômicos, culturais, políticos, religiosos etc. e, segundo Almeida (2013), inclui a capacitação das pessoas da comunidade em relação às técnicas de mapeamento, como a elaboração de desenhos em oficinas e o georreferenciamento das localidades e equipamentos sociais. O mapeamento em si é um processo de capacitação, aguçando a consciência socioambiental e seus efeitos sobre a

representação cartográfica que as comunidades produzem acerca de suas próprias territorialidades.

Conforme Almeida (2013) a construção dos mapas sociais se justifica em áreas de conflitos ou mesmo para realizar um planejamento e gestão territorial, levando em consideração a sustentabilidade social e dos recursos naturais. Cardoso e Guimarães (2012) explicam que é realizado por um conjunto de técnicas e ferramentas que possibilitam a reflexão da comunidade sobre seu contexto e a expressão desta por meio da cartografia. Acselrad e Viégas (2013, p. 15) acrescentam que "apesar de suas distinções conceituais e metodológicas, a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão".

Dentre as ferramentas de planejamento participativo, a matriz FOFA, expressão acrônima para "Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças"¹ em destaque no Quadro 01, tem sido utilizada para identificar aspectos positivos e negativos que interferem em uma dada realidade. Sendo útil para direcionar o planejamento das formas de atuação, nos quais as influências internas possuem maior possibilidade de controle pela comunidade, enquanto as de origem externa requerem maior interação e parcerias com outras instituições, sejam governamentais ou da sociedade civil organizada.

Quadro 01. Matriz FOFA

FORÇAS Internas	OPORTUNIDADES Externas
Características positivas ↓ Qualidades/habilidades	Potencializam as Forças ↓ Diferenciais que colaboram
FRANQUEZAS Internas	AMEAÇAS Externas
Aspectos negativos ↓ Dificuldades/Problemas	Atividades prejudiciais/desvantagens ↓ Obstáculos que interferem/atrapalham

Fonte: adaptado de Hofricheter (2017) e Sebrae (2017)

A interação com algumas comunidades potiguares autoidentificadas indígenas, iniciada em 2016 através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, despertou o interesse pelo aprofundamento sobre o contexto dessa realidade. Richardson *et al.* (2014) destacam que a escolha do local de pesquisa e familiaridade do pesquisador com o grupo são fundamentais em pesquisas qualitativas.

¹ Do inglês: "SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats" (HOFRICHETER, 2017).

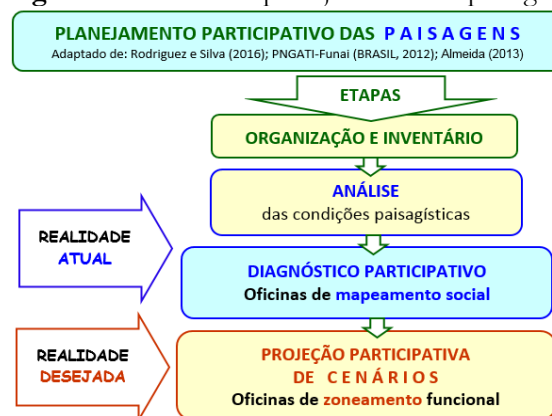
A comunidade indígena Mendonça do Amarelão, a maior do estado em população e extensão territorial, foi uma das primeiras a formalizar em 2005 a autodeclaração no órgão indigenista estadual e suas jovens lideranças participam ativamente do movimento indígena (CAMPOS, 2014; GUERRA, 2017; ACA, 2018). Tais fatores, além da receptividade e interesse das lideranças e membros da comunidade, motivaram a definição do campo de pesquisa.

Portanto, neste estudo com enfoque sistêmico (RODRIGUEZ, SILVA e CAVALCANTI, 2013), de natureza qualitativa e participativa (MINAYO, 2016; GIL, 2019), foram utilizadas as seguintes ferramentas: oficinas participativas, observação participante, caminhada guiada e registro fotográfico com imagens em solo e aéreas com o uso de drone (CARDOSO e GUIMARÃES, 2012; ALMEIDA, 2013; GORAYEB, MEIRELES e SILVA, 2015). A metodologia adotada está em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI – (BRASIL, 2012b), que considera etnomapeamento o mapeamento participativo das áreas de relevância para os povos indígenas com base nos seus saberes.

Desse modo, as etapas desenvolvidas de diagnóstico e mapeamento social², nas quais se fez uma leitura preliminar da realidade atual na perspectiva dos atores sociais locais, foram adaptadas do roteiro de planejamento das paisagens (Figura 01) na metodologia proposta por Rodriguez e Silva (2016) que, por sua vez, confluem com as etapas e objetivos previstos na PNGATI (BRASIL, 2012b) e nos instrumentos de gestão ambiental e territorial da Funai (FUNAI, 2020a). Segundo Rodriguez e Silva (2016), as etapas incluem ainda o zoneamento propositivo, ou seja, a projeção participativa das paisagens, conforme demandas e desejos da comunidade, que será desenvolvida em sequência a este trabalho, após a finalização do isolamento social em decorrência da pandemia mundial ocasionada pelo COVID-19.

² Este artigo integra parte da metodologia de pesquisa de doutorado em construção pela primeira autora, intitulada “Diálogo de saberes e planejamento participativo das paisagens em comunidade autoidentificada indígena no semiárido potiguar, Brasil”. Pesquisa aprovada conforme Parecer Consubstanciado N° 4.147.790 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – CEP/UFC (Plataforma Brasil).

Figura 01: Roteiro de planejamento das paisagens



Fonte: autoria própria (2020).

Assim, as etapas citadas aconteceram em sete momentos: apresentação do projeto, seus objetivos e metodologia e a formalização do aceite pela Associação Comunitária do Amarelão – ACA; quatro oficinas participativas entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, com uma média de 20 pessoas por oficina e entrega de certificados institucionais de capacitação das atividades desenvolvidas aos participantes; ainda, caminhada guiada por liderança para marcação de pontos com aparelho de *Global Positioning System* – GPS; e registro fotográfico.

Com adaptação do semáforo ambiental proposto por Rodriguez e Silva (2016), o diagnóstico direcionado pela matriz FOFA e as legendas do mapeamento social resultaram no semáforo socioambiental e cultural (Figura 02) e em mapas preliminares da comunidade.

Figura 02. Semáforo socioambiental e cultural



Fonte: autoria própria (2020).

No início de cada oficina, além de reforçar os objetivos e metodologia de trabalho com o uso de *slides/data show*, foram desenvolvidas dinâmicas de integração adaptadas de Dias (2010). Por exemplo, o “efeito paralaxe” ou percepção que objetiva demonstrar como o mesmo cérebro produz percepções diferentes com cada olho, para esclarecer sobre a importância de respeitar as diversas opiniões; e a dinâmica “dos sistemas”, sobre o equilíbrio dinâmico dos sistemas adaptada à realidade da comunidade, para demonstrar a importância

das diferentes aptidões e habilidades nas decisões coletivas. As oficinas finalizavam sempre com avaliação e sugestões para os próximos encontros.

Na primeira oficina, os participantes divididos em equipes e direcionados pela matriz FOFA (HOFRICHETER, 2017; SEBRAE, 2017) descreveram com o uso de pincel atômico em cartolina os principais fatores que influenciam a comunidade, de forma positiva ou negativa e de origem interna ou externa. Ao final, cada equipe expôs seus resultados e o debate foi aberto aos participantes.

Na oficina seguinte, foram trabalhadas imagens do ano de 2019 extraídas por satélite via *Google Earth* (2019) impressas em papel tamanho A3 com escala de 1:5000 e com sobreposição de papel vegetal, para gerar croquis da área da comunidade e em tamanho A2 do seu entorno. A definição da escala e dos tamanhos para as impressões tiveram por critério a visualização detalhada das imagens de satélite.

Nas outras oficinas foram validados os dados e produtos cartográficos preliminares, resultantes do diagnóstico direcionado com a matriz FOFA e das legendas geradas no mapeamento social. Assim, o conteúdo dos cartazes e das legendas, transcrito e impresso em papel ofício tamanho A4, recebeu destaque com cores para sinalizar os aspectos que a comunidade considera como instáveis, vulneráveis (em transição) e estáveis.

Para a confecção dos mapas preliminares foi utilizado o *software* de acesso livre *Quantum Geographic Information System – QGIS*, versão 2.14 (QGIS, 2017) e Sistemas de Informação Geográfica – SIGs – de acesso às bases de dados públicos governamentais, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – (BRASIL, 2020a) e do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR – (BRASIL, 2020b).

Contextualização e caracterização da comunidade indígena Mendonça do Amarelão

O município de João Câmara-RN tem população estimada em 34.747 pessoas, sendo 30% residentes no meio rural. Com área total de 714,95 km², equivalente a 1,35% da superfície estadual, tem localização e limites com os seguintes municípios e respectivas coordenadas geográficas: ao norte com Parazinho-RN, 5°18' 50"S e 35° 52' 30"O; ao sul com Bento Fernandes-RN, 5°37'28"S e 35°52' 21.60"O; ao leste com Pureza-RN: 5°28' 30"S e 35°44' 42"O; e ao oeste com Jandaíra-RN, Pedra Preta-RN e Jardim de Angicos-RN, 5°28'24"S e 35°59'11"O. A altitude média da sede do município é de 160 metros e a distância

em relação à capital Natal é de 86 km, com acesso pela rodovia pavimentada BR-406 (IDEMA, 2018).

João Câmara-RN compõe a Microrregião Geográfica de Baixa Verde que tem posição geopolítica estratégica, por ser o ponto brasileiro mais próximo do continente europeu, considerando o deslocamento por Natal, capital potiguar (BRASIL, 2005).

Conforme os mais recentes dados oficiais (IBGE, 2018), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – de João Câmara-RN em 2010 foi considerado baixo (0,595); o Produto Interno Bruto – PIB – per capita em 2016 foi o 7º maior do Estado (R\$ 27.173,83) em um total de 167 municípios, enquanto no mesmo ano o PIB per capita nacional foi de R\$ 30.548,40.

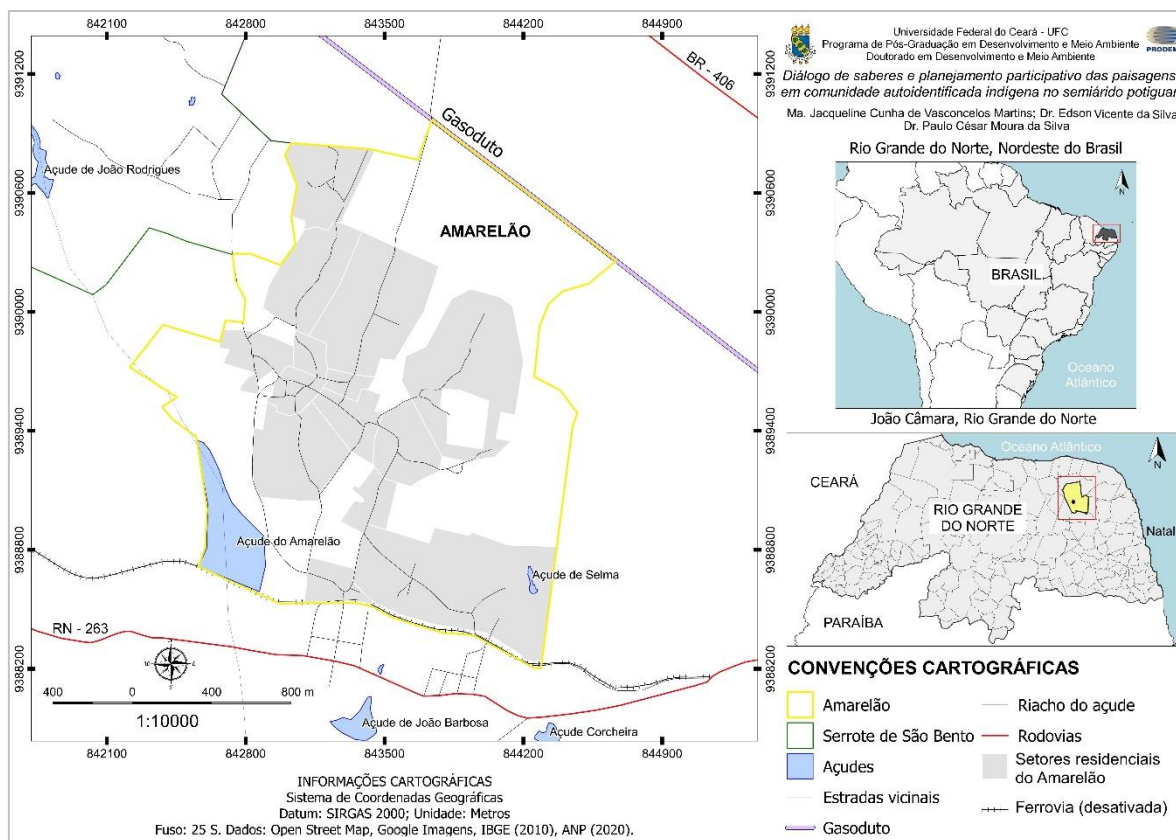
O clima local é BSh, subequatorial semiárido, segundo a classificação de Köppen e Geiger; apresentando média anual de temperatura de 24,7°C e média de 620 mm de pluviosidade (CLIMATE-DATA, 2019). Em relação ao aspecto hídrico, o município é banhado pela Bacia Hidrográfica de Ceará-Mirim. Quanto ao relevo, está localizado sobre a Chapada da Serra Verde, apresentando áreas planas e ligeiramente elevadas; e situado entre os tabuleiros costeiros e o relevo residual do chamado sertão de pedras (IDEMA, 2018).

Os solos predominantes no município são Areias Quartzosas Distróficas, Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico e Cambissolo Eutrófico. Solos caracterizados como regulares para lavouras, com terras aptas para culturas de ciclo longo, por exemplo, algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Existe também uma pequena faixa de terra com aptidão restrita para lavouras e pastagem natural (EMBRAPA, 1971; IDEMA, 2018).

Quanto à formação vegetal, o município está inserido predominantemente na subdivisão Hipoxerófila do bioma Caatinga, onde se verifica a presença de arbustos e árvores com espinhos, com destaque para as espécies catingueira, angico, baraúna, juazeiro, marmeleiro, mandacaru e aroeira, cujo aspecto visual é menos agressivo do que a formação Hiperxerófila, o tipo de caatinga em maior proporção no Rio Grande do Norte (BRASIL, 2005). Contudo, em João Câmara-RN, o percentual de cobertura florestal natural é de 30,48% (IDEMA, 2018).

A Comunidade Mendonça do Amarelão está localizada na zona rural a 12,4 km de distância ao oeste do limite da zona urbana de João Câmara-RN, com acesso pela BR-406 (Figura 03).

Figura 03. Mapa de localização da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: autoria própria (2020).

A família extensa Mendonça do Amarelão é de etnia potiguara, originária dos índios Tapuia. A denominação se deve ao ritual de culto ao sol, celebrado por seus antepassados. Ocupam também outros espaços como o de Serrote de São Bento e o Assentamento Santa Teresinha, também localizados em João Câmara-RN. Com o objetivo de resgatar a cultura dos antepassados, as crianças aprendem o Toré, dança tradicional indígena, bem como a língua Tupi (SILVA, 2017).

Motivadas por adversidades como conflitos fundiários, epidemias e condições climáticas, as primeiras migrações oriundas do Estado da Paraíba aconteceram no início do século XIX e nas décadas de 1930 e 1940 perderam seus territórios para extensas plantações de algodão, cana-de-açúcar e agave, nas quais foram inseridos na mão-de-obra (GUERRA, 2017).

Devido aos frequentes tremores de terra na região entre as décadas de 1930 e 1950, algumas famílias do Povo Mendonça do Amarelão se deslocaram para a zona norte de Natal-RN denominada “Amarelão Novo”. Na década de 1990, em luta conjunta com o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, recuperaram a área que foi desapropriada e transformada no Assentamento Santa Teresinha (GUERRA, 2017).

Segundo dados do censo comunitário local realizado pela ACA (2018), que descreve a população por setores familiares (Tabela 01), a comunidade tem um total de 966 pessoas, sendo 467 (48%) mulheres e 509 (52%) homens.

Tabela 01. Dados populacionais da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN - 2018

Setores	Nº Famílias	Nº Pessoas
Caetanos	08	37
Bianos	39	155
Calangas	11	39
Gameleira	21	79
Alto dos Eleodórios	29	111
Associação	05	17
Centro	52	153
Brejeiros	11	33
Tingas	14	46
Margarida	21	70
Góis	12	37
Genésios	17	50
Igreja	08	27
Linha	17	47
Jocas	22	55
Total	287	966

Fonte: ACA (2018).

Diagnóstico participativo com a comunidade indígena Mendonça do Amarelão

A matriz FOFA (HOFRICHETER, 2017; SEBRAE, 2017) tem se configurado em importante ferramenta na realização de diagnósticos participativos em comunidades, possibilitando a sistematização das percepções sobre as influências na sustentabilidade local.

Na realidade do Amarelão, os principais problemas, limitações e potencialidades diagnosticados, estão descritos no semáforo socioambiental e cultural (Quadro 02), elaborado com base nas percepções dos representantes da comunidade. Nele estão sintetizados aspectos sociais, ambientais, culturais, econômicos e de infraestrutura e, especificamente, questões relacionadas aos serviços públicos, como acesso à água, à saúde, à educação e à segurança.

Na elaboração do semáforo socioambiental e cultural os problemas sintetizam as fraquezas internas e ameaças externas; enquanto as potencialidades são as forças internas e

oportunidades externas, resultantes da matriz FOFA. Desse modo, os problemas são considerados de difícil solução e que causam transtornos; enquanto que as limitações se referem à capacidade insuficiente, a exemplo das dificuldades de acesso a água potável na comunidade; ao passo que as potencialidades remetem à capacidade de realização, como a trilha de etnoturismo destacada também em estudo realizado por Martins *et al.* (2020).

Em relação aos problemas de origem externa que independem da comunidade, é unânime que o maior deles é a não demarcação de seu território, interferindo diretamente na sustentabilidade etnocultural e econômica local. Problema semelhante é apontado como principal ameaça externa em diagnóstico rural participativo realizado por Filgueira (2019) na Comunidade Catu, também autodeclarada indígena, localizada entre os municípios potiguares de Goianinha e Canguaretama.

Atualmente, em vez de priorizar a política de demarcação de TIs, prevista constitucionalmente, o atual governo federal tem sistematicamente certificado empreendimentos privados em TIs ainda não homologadas, em especial após a publicação da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que estabelece: “não cabe à FUNAI produzir documentos que restrinjam a posse de imóveis privados em face de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas ou constituição de reservas indígenas” (FUNAI, 2020b, p.01). A norma contraria o que a sociedade espera do órgão que tem como função institucional proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Outro problema externo citado é a existência de dois empreendimentos no entorno da comunidade e alguns de seus impactos socioambientais. No caso dos parques eólicos, tem ocasionado desmatamentos ao redor das turbinas e situações de exploração sexual em outras comunidades rurais nas imediações do Amarelão. Há também uma pedreira, cujas atividades causam rachaduras em algumas casas e seus veículos transitam em alta velocidade na comunidade, potencializando riscos de acidentes aos moradores locais.

A respeito das limitações internas, destaca-se um aspecto específico da cadeia produtiva da castanha de caju. Embora seja a maior potencialidade econômica local e principal fonte de geração de renda para grande parte das famílias, a comunidade precisa adquirir as castanhas fora, pois falta terra e incentivo para o plantio de cajueiro, gerando assim dependência externa. O beneficiamento é feito artesanalmente em unidades familiares conforme consta na Figura 04.

Figura 04. Unidade familiar de beneficiamento artesanal da castanha de caju. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: autoria própria (2020).

Limitações relacionadas à apropriação da cadeia produtiva é uma constância em trabalhos realizados em comunidades tradicionais. Mardan *et al.* (2019), por exemplo, verificaram entre produtores de arroz em Ponorogo, na Indonésia, que a produção de arroz requer o domínio de aspectos estratégicos para melhorar o gerenciamento das terras agrícolas.

No caso do Amarelão, essa limitação de enfoque econômico está relacionada diretamente com a não demarcação das terras. A sustentabilidade econômica local passa pela posse da terra, apoio à infraestrutura produtiva e acesso à água não apenas para as residências, mas também para a produção agrícola e pecuária.

Quadro 02. Semáforo socioambiental e cultural da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN

Aspectos internos	Aspectos externos
PROBLEMAS	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demarcação de terras (Funai): falta ▪ Setor Centro: carência de terras para cultivo ▪ Estradas da comunidade: péssimas ▪ Iluminação pública precária ▪ Inexistência de Posto Policial ▪ Não ter representante da comunidade na Câmara Municipal ▪ Não tem escolinha de esporte (ginásios); praça com academia; ▪ Gado solto nas vias públicas: risco de acidentes ▪ Oportunidades de trabalho escassas ▪ Saída da direção da Associação de liderança com forte atuação política ▪ Fumaça na produção de castanha: não uso de EPI 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A terra não ser demarcada; falta terra para agricultura; ▪ Água potável: dificuldades de acesso ▪ Parques eólicos nos arredores da comunidade: desmatamentos. ▪ Pedreira: causa rachadura em casas; alta velocidade das caçambas ▪ Preconceito em João Câmara com o povo Amarelão ▪ Dificuldade para se aposentar: críticas ao INSS ▪ Alguns atravessadores dificultam a autonomia na venda da castanha ▪ Risco de ficar sem a coleta de lixo (pessoas jogam resíduos ao relento); insetos; doenças ▪ Ausência de oportunidades de trabalho ▪ Promessas políticas apenas em período eleitoral

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posto de Saúde-SMS: saúde preventiva insuficiente; atendimento somente até as 13h; falta de especialidades médicas ▪ Falta ronda policial
LIMITAÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não produzir a própria castanha; necessidade de adquirir castanhas fora da comunidade ▪ A relação família x escola: pessoas que querem tirar seus filhos para estudar na zona urbana ▪ Falta de educação e consciência ambiental de alguns, por exemplo lixo jogado ao relento ▪ Professores da comunidade ▪ Açudes, cacimbas e cisternas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Repercussão negativa da situação da escola para o público externo ▪ Projeção para plantio de cajueiro anão precoce via financiamento público
POTENCIALIDADES	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior beneficiadora de castanha de caju de forma artesanal na região de Mato Grande ▪ Festa da castanha, evento cultural anual ▪ Associação comunitária: conquistas ▪ Escola estadual: professores da comunidade; aulas para adultos; gera oportunidades de trabalho; a melhor do município em infraestrutura; 240 crianças e jovens não precisam sair da comunidade para estudar ▪ Cursos de capacitação na Escola e Associação ▪ Posto de saúde: atendimento de segunda a sexta (em outras comunidades é quinzenal) ▪ Parentesco próximo (família grande) ▪ Comunidade rural do município com maior número de pessoas com nível superior; várias fazendo faculdade e uma no Mestrado ▪ Coleta de lixo semanal pela prefeitura ▪ Existência de times de futebol competitivos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Festa da castanha: visibilidade externa ▪ Etnoturismo na comunidade ▪ Ações da Associação e Funai ▪ Financiamento para a agricultura/projeção para plantio de cajueiro anão precoce ▪ Armazenamento de água de chuva ▪ Cursos oficinas na associação/parceria: reciclagem, educação ambiental, cuidados com o lixo ▪ A comunidade faz circular dinheiro na cidade ▪ Médico e dentista, enfermeira, pré-natal e vacinas ▪ Buscar o atendimento de políticas públicas ▪ Jogador da comunidade em times de fora

Fonte: autoria própria (2020).

Na comunidade indígena Ticuna Bom Caminho, em Benjamin Constant-AM, Falcão (2015) estudou especificamente a relação das mulheres artesãs com o recurso natural da arumã, planta herbácea cujas fibras são utilizadas para confeccionar vários produtos do artesanato indígena. O autor identificou que a fonte de renda e a união entre as mulheres se destacam entre as fortalezas ou forças internas.

Em uma outra pesquisa com a comunidade ribeirinha sul-amazônica, no baixo rio Madeira, a referida matriz foi utilizada com o intuito de compreender os processos de transmissão da informação e auxiliar as estratégias de atenção básica à saúde. A rede de moradores é uma das forças apontadas por ser muito densa e consiste na capacidade de centralidade, intermediação e proximidade da liderança comunitária. A ênfase das oportunidades se refere à abertura deste agrupamento social a contatos externos. Como Fraquezas destacaram a pouca autonomia, baixa resiliência e dependência da comunidade em

relação à liderança. Nas ameaças apontaram a passividade em relação à imposição de modelos externos (GOMIDE *et al.*, 2015).

No Amarelão, apesar da limitação relacionada à obtenção das castanhas fora da comunidade, o processo de beneficiamento das sementes é ao mesmo tempo uma grande potencialidade com impacto cultural local extremamente positivo. Anualmente, no último sábado de agosto, a ACA realiza a Festa da Castanha com o apoio de parceiros. Durante o evento são realizadas palestras, exposições fotográficas, apresentações que reafirmam a cultura dos seus antepassados como o Toré e a trilha etnoturística guiada a pontos de memória social. Também são comercializados artesanatos indígenas e produtos da culinária local como a própria amêndoa e diversos dos seus subprodutos. É um momento de maior visibilidade e fortalecimento etnocultural, pois atrai visitantes da região, de outros estados e até mesmo de outros países. Na Figura 05 consta o registro aéreo da referida festa e no detalhe uma panorâmica da comunidade a partir do setor denominado Associação.

O beneficiamento artesanal da castanha de caju é percebido como uma grande potencialidade ou força local, uma vez que é uma fonte de trabalho e renda para muitas famílias dentro da própria comunidade, que é a maior beneficiadora de caju de forma artesanal no Estado.

Figura 05. Festa da castanha na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: autoria própria (2019).

Vale salientar que em decorrência da pandemia mundial (COVID-19) e o necessário isolamento social, algumas famílias que têm esta atividade produtiva como fonte principal de renda têm enfrentado dificuldades em adquirir e comercializar a castanha. Por isso, foram

desenvolvidas campanhas temporárias de auxílio a essas famílias no início da pandemia, bem como o acesso por parte das famílias ao auxílio emergencial temporário do governo federal.

Outra potencialidade apontada é a ACA. Muitas conquistas locais se deram através desta associação, por exemplo a cozinha comunitária e vários cursos de capacitação. Também a Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento, de ensinos fundamental e médio, fruto das reivindicações da comunidade iniciadas em 2005 e da parceria entre o governo do Estado e o Banco Mundial. Construída com orçamento de R\$ 4.746.448,05, foi inaugurada em 2019. A escola tem professores da própria comunidade e atende a 240 estudantes do Amarelão e de outras comunidades do território Mendonça. Com a escola na própria comunidade muitas pessoas adultas tiveram a oportunidade de retomar seus estudos. Além disso, ter professores da própria comunidade lecionando fortalece a relação escola e famílias. Na figura 06 observa-se uma foto aérea da escola com destaque para a usina de produção de energia solar e ao fundo o parque eólico às margens da BR-406.

Figura 06. Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: autoria própria (2019).

Dentre as principais forças ou potencialidade locais foi destacado ainda que é a comunidade mais procurada por instituições de educação para projetos de extensão, por exemplo o presente estudo, com a participação, comprometimento e acompanhamento de membros e lideranças locais.

É possível notar no semáforo socioambiental e cultural que alguns aspectos são percebidos simultaneamente como de origem interna e externa, por exemplo, a não demarcação do território. Também, simultaneamente como problema e potencialidade ou limitação e potencialidade, na medida em que há possibilidade de superação, seja por

prováveis soluções internas ou por políticas públicas a serem desenvolvidas, como a própria questão da falta de terra demarcada, já enfatizada.

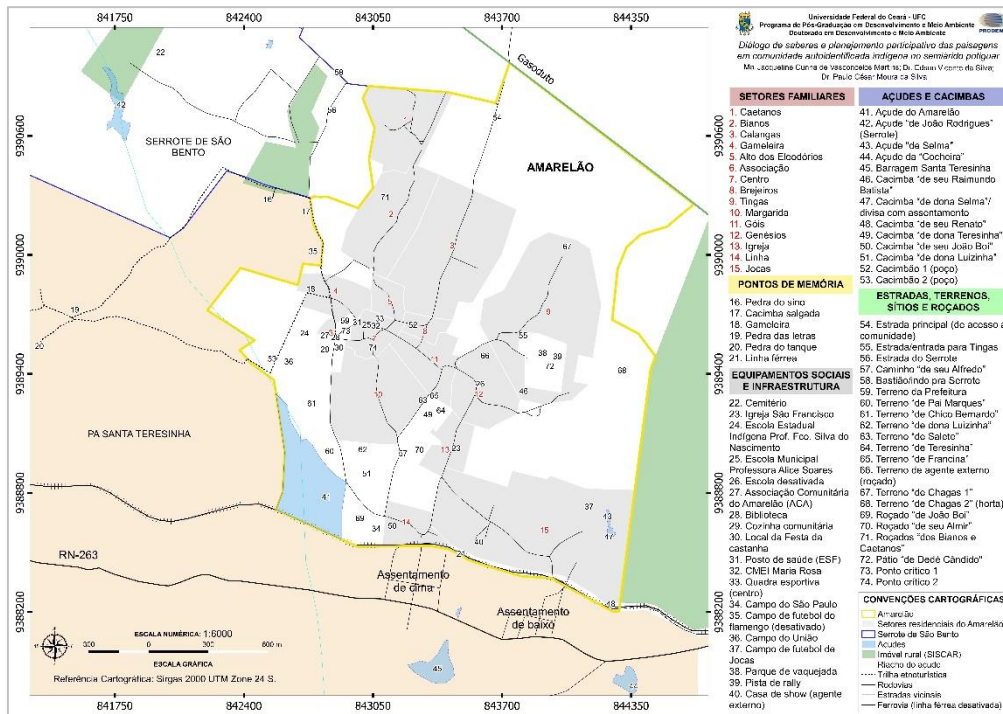
Mapeamento social com a comunidade indígena Mendonça do Amarelão

No mapa da comunidade (Figura 06) constam informações do mapeamento social desenvolvido nas oficinas com representantes da comunidade Mendonça do Amarelão e das marcações com GPS realizadas com lideranças (BRASIL, 2012a; CARDOSO e GUIMARÃES, 2012; ALMEIDA, 2013).

Na descrição da legenda foi respeitada a toponímia local, de modo que os membros da comunidade possam facilmente reconhecer os ambientes da maneira como são identificados localmente. Diedrich e Machado (2020) reforçam que a toponímia dos espaços geográficos, numa perspectiva multidisciplinar, evidencia e valoriza o seu caráter de bem imaterial, como parte essencial do patrimônio ambiental e cultural.

Em pesquisa sobre diálogo de saberes e mapeamento social no território indígena de San Marcos Sierras, em Córdoba na Argentina, Palladino e Ávila (2018) enfatizam acerca da pluridiversidade epistemológica e analisam aspectos que as técnicas de geoprocessamento como o uso do GPS não conseguem mostrar. Henao *et al.* (2019), por sua vez, ponderam que as comunidades tradicionais com frequência não se veem reconhecidas nos mapas institucionais e, portanto, o mapeamento social surge como alternativa para a representação das comunidades pelos próprios moradores.

Figura 06. Mapa da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: autoria própria (2020).

As residências estão agrupadas por setores familiares, totalizando os quinze primeiros pontos mapeados. Algumas unidades de paisagem que Nora (1993) conceitua como “lugar de memória”, são localmente identificados como “pontos de memória” (ponto 16 ao 20). Estes estão em destaque na trilha etnoturística na qual a comunidade costuma guiar grupos de visitantes, incluindo a pedra das letras com escritas rupestres e a árvore gameleira de extensa e vistosa copa, local antigo da feira para troca de produtos pela comunidade (Figura 07).

Figura 07. Ponto de memória, que faz parte da trilha etnoturística, na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: autoria própria (2020).

A linha férrea desativada é também um ponto de memória que marca a divisão do território do povo Mendonça do Amarelão com o Assentamento Santa Teresinha. A gameleira e a linha (pontos 18 e 21) têm setores familiares homônimos.

Dos equipamentos sociais e infraestrutura mapeados (ponto 22 ao 40) no setor denominado Associação está a própria sede da ACA e nas suas imediações a biblioteca com laboratório de informática, a cozinha comunitária, o local onde é realizada a anual festa da castanha, além da “escola nova” – Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento.

Foram mapeados corpos d’água (ponto 41 ao 53) na área da comunidade e nas imediações, sendo o principal o açude do Amarelão, local utilizado também para pesca e lazer. A maioria das casas dispõe de cisterna para captação da água da chuva, com exceção das casas construídas após a vigência do Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC – criado pela ONG Articulação do Semiárido – ASA, posteriormente incorporado como política pública, e do Programa Água para Todos com recursos do Governo Federal. Apesar dessas ações de convivência com a seca, o acesso à água potável é considerado um problema tanto para o consumo humano, como para a produção agrícola familiar e a dessedentação animal.

A estrada principal de acesso à comunidade (ponto 54) pela BR-406, que liga João Câmara a Natal-RN, é o primeiro dos pontos agrupados na legenda como estradas, terrenos, sítios e roçados (ponto 54 a 72). O terreno da prefeitura (ponto 59) foi citado como local onde pode vir a ser utilizado para construção de equipamentos sociais como uma praça e

academia. Nas oficinas de zoneamento propositivo (RODRIGUEZ e SILVA, 2016) apontamentos como estes feitos pela comunidade serão retomados.

Embora tenha sido destacado que a comunidade dispõe de serviço semanal de coleta de resíduos sólidos pela prefeitura, os moradores mencionaram como pontos críticos os “lixões” (73 e 74). Os dois locais, respectivamente nos setores Alto dos Eleodórios e Centro, são utilizados para disposição inadequada de resíduos sólidos por alguns moradores, potencializando a propagação de insetos e doenças.

Em estudo visando subsidiar a luta local por reconhecimento e delimitação do território indígena Chapiquiña, em Altos de Arica, no Chile, a ferramenta de mapeamento social se mostrou muito útil nas oficinas com os atores sociais e as lideranças, além de atores-chave que conheciam o território em profundidade. Os autores reconhecem a limitação da cartografia como produto, por ser um trabalho instável e inacabado, mas destacam ser totalmente superável pelo diálogo de saberes que se constrói durante o mapeamento (LEALLANDEROS e RODRIGUEZ-VALDIVIA, 2018).

Essa estratégia é também adotada por outros agrupamentos indígenas no Brasil, a exemplo do povo Pitaguary do Ceará, nos municípios de Maracanaú e Pacatuba. Galdino *et al.* (2016) utilizaram técnicas de mapeamento social com o intuito de contribuir para que a comunidade aumentasse a sua capacidade de mobilização em torno dos múltiplos usos da terra e com a luta pela demarcação de seu território.

Costa (2019) também estudou através dessa técnica os fatores que dificultam a gestão participativa nas áreas de sobreposição na Paraíba, envolvendo as TIs Potiguara e Potiguara Montemor, uma Área de Proteção Ambiental – APA – e uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE. O autor verificou que a correlação de forças políticas e econômicas interfere de forma significativa na gestão participativa dos indígenas potiguara na referida área de sobreposição e concluiu pela necessidade de demarcação das terras indígenas.

Diante da complexidade social e política que envolve os processos de demarcação de TIs no Brasil, o mapeamento social tem se confirmado como uma estratégia fundamental para reforçar a luta pela conquista dos territórios. Nesse sentido, este trabalho pode servir de referência nas etapas que se seguem para a comunidade indígena Mendonça do Amarelão, mesmo que ainda exista um longo caminho a percorrer.

Conclusões

Através do diálogo entre saberes científicos e locais com a comunidade autoidentificada indígena Mendonça do Amarelão, de etnia potiguara, foram sistematizadas coletivamente as percepções e usos das paisagens locais evidenciadas nas oficinas participativas de diagnóstico e mapeamento social.

Na legenda do mapeamento social, desenvolvido com técnicas de cartografia, foi priorizada a toponímia local expressa pelos representantes e lideranças da comunidade na identificação e descrição de locais de relevância. No semáforo socioambiental e cultural foram descritos os principais problemas, limitações e potencialidades de origem interna e externa.

Ao comparar com estudos realizados em outras comunidades indígenas, metodologias anticoloniais como os diagnósticos participativos e os mapeamentos sociais têm sido eficazes no empoderamento e autonomia dos povos e no fortalecimento das lutas por reconhecimento e demarcação tardia de seus territórios. Essa estratégia construída coletivamente se configura ainda em poderoso instrumento de subsídios para políticas públicas sustentáveis.

As potencialidades locais evidenciadas pela própria comunidade, objeto deste estudo, refletem conquistas do envolvimento no movimento de luta por direitos e reconhecimento étnico, a exemplo da associação comunitária e o desenvolvimento de ações e atividades que dão maior visibilidade à comunidade e potencializam o fortalecimento etnocultural.

O principal problema verificado é a não demarcação de terras pelo Estado brasileiro, um direito reparador do ponto de vista histórico previsto na legislação brasileira e em convenções internacionais. Todavia, realidades semelhantes se verificam em outras comunidades indígenas, impactando no atual debate sobre o marco temporal para as demarcações, bem como na sustentabilidade.

Diante da dinâmica socioambiental em constante transformação e, apesar do atual cenário brasileiro de incertezas devido ao contexto pandêmico e aos retrocessos nas políticas públicas, a realidade evidenciada no presente estudo sinaliza subsídios para o planejamento de paisagens e sustentabilidade local.

Assim, é importante o maior aprofundamento na continuidade das etapas da metodologia de planejamento de paisagens proposta, com base nas percepções locais, para que se possa projetar cenários sustentáveis visando à garantia de direitos e ao fortalecimento e gestão territoriais.

Agradecimentos

À Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), pela liberação da primeira autora para cursar doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (PRODEMA/UFC).

Referências

ACA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO AMARELÃO. **Censo populacional**. João Câmara-RN, 2018. <https://acamarelao.wordpress.com/>. Acessado em 15/04/2020.

ACSERALD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. In: ACSERALD, H. (Org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro-RJ: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2521441>. Acessado em 12.05.2020.

ALMEIDA, A. W. B. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência de fronteiras. In: ALMEIDA, A.W.B e FARIAS JÚNIOR, E.A (org.) **Nova Cartografia Social da Amazônia: Povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA Edições, 2013.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. Porto Alegre-RS: **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012. <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722> . Acessado 26.05.2020.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei n. 6001 de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acessado em 01.05.2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: 01.05.2020.

_____. **Decreto nº 1.775 de 08 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. 1996, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm. Acessado em 29.04.2020.

_____. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. **Diagnóstico do município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte:** Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. (Org.) MASCARENHAS, J.C., BELTRÃO, B.A., SOUZA JUNIOR, L.C, PIRES, S.T.M.,ROCHA, D.E.G.A.; CARVALHO, V.G.D. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17007/1/rel_joao_camara.pdf. Acessado em 15/03/2020.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade. **Plano Setorial para as Culturas Indígenas.** 2012a. http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784157745plano_setorial_culturas_indigenas1.pdf/fd61f6a9-46ac-4378-8e9f-9b3e8321e2d2. Acessado em 17.05.2020.

_____. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.** Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. 2012b. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acessado em 20/05/2020.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Acervo Fundiário Brasileiro.** Brasília-DF: INCRA. 2020a <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acessado em 20.02.2020.

_____. Ministério da Agricultura. **Serviço Florestal Brasileiro:** Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Brasília-DF: MA, 2020b. <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acessado em 10.02.2020.

CAMPOS T. M. Entrevista concedida a SANTOS, R. S. Os índios no RN no tempo presente. **Revista de Humanidades:** dossiê histórias indígenas. v.15, n.35, p.166-190, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8088>. Acessado em 13/05/2020.

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 2001.

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguaras da Paraíba.** Brasília-DF: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas.

http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento_Potiguaras/LivroPotiguaras-baixa.pdf. Acessado em 01/06/2020.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Reivindicada desde 2005, Funai começa trabalho de demarcação no RN.** 2011. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=5662>. Acessado em 01/04/2020.

Diagnóstico e mapeamento social de paisagens: diálogo de saberes com comunidade autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte, Brasil. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins, Edson Vicente da Silva, Paulo Cesar Moura da Silva.

CLIMATE DATE. **Clima João Câmara.** 2019. Disponível em <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-grande-do-norte/joao-camara-42647/> Acessado em 03/04/2020.

COSTA, I. M. **A gestão participativa em áreas sobrepostas de Unidade de Conservação e Terra Indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba.** João Pessoa-PB: UFPB/PRODEMA. 2019 (Tese de Doutorado). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16517>. Acessado em 25/05/2020.

CUNHA, M. C. Contra a tese do marco temporal, pela justiça. In: CUNHA, M.C; BARBOSA, S. (Orgs.) **Direitos dos povos indígenas em disputa.** São Paulo-SP: Editora UNESP, 2018.

DIAS, G. F. **Dinâmicas e instrumentação para a Educação Ambiental.** São Paulo-SP: Gaia, 2010.

DIEDRICH, M. H.; MACHADO, N. T. G. Toponímia: cultura e patrimônio do Rio Grande do Sul. Presidente Prudente-SP: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 1, p. 98-117, jan-jun, 2020. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6915/5478> Acessado em 04.06.2020.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Mapa exploratório: reconhecimento de solos estado do Rio Grande do Norte.** Brasília-DF: EMBRAPA, 1971. http://geoinfo.cnps.embrapa.br/layers/geonode%3Arn_solos_vf_14_04_2016_lat_long_wgs84. Acessado em 01/06/2020.

FALCÃO, R. D. **Estudo sobre a comunidade Ticuna Bom Caminho e sua relação com o Arumã através do uso de ferramentas participativas.** Manaus-AM: INPA, 2015. (Dissertação de Mestrado). <https://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/2482>. Acessado em 01/06/2020.

FILGUEIRA, P. V. S. **Diagnóstico rural participativo e plano de ações sustentáveis: o caso da Comunidade Indígena Catu.** Natal-RN: IFRN (TCC /Mestrado Profissional em Ciências Ambientais). 2019. <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1690>. Acessado em 01/06/2020.

FREITAS, M. **Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre-RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental.** Dissertação do Mestrado Profissional em Letras – UERN. Pau dos Ferros-RN: UERN, 2018. http://www.uern.br/controladepaginas/defendidasem2018/arquivos/4593maria_ma%C2%B4nica_de_freitas_dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_em_pdf.pdf. Acessado em 01/06/2020.

Diagnóstico e mapeamento social de paisagens: diálogo de saberes com comunidade autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte, Brasil. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins, Edson Vicente da Silva, Paulo Cesar Moura da Silva.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Terras indígenas**. 2019.
<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acessado em 14.04.2020.

_____. **PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Instrumentos**. 2020a.
<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/instrumentos/>. Acessado em 02/05/2020.

_____. **Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020** Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. 2020b.
http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/dpt/pdf/instrucao_normativa_09.pdf .
Acessado em 11/04/2021.

GALDINO, L. K. A.; LANDIM NETO, F. O.; SILVA, E. V.; GORAYEB, A. Territorialidade e meio ambiente da Terra Indígena Pitaguary, Ceará-Brasil: reflexões acerca das possibilidades do mapeamento participativo na Aldeia de Monguba. Boa Vista-RR: **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016.
<https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/3822/2044>. Acessado em 24/05/2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Ed. 7. São Paulo-SP: Atlas, 2019.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo-SP: Contexto, 2018.

GOMIDE, M.; SCHÜTZ, G. E.; CARVALHO, M. A. R.; CÂMARA, V. M. Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Matriz FOFA) de uma Comunidade Ribeirinha Sul-Amazônica na perspectiva da Análise de Redes Sociais: aportes para a Atenção Básica à Saúde. **Cadernos saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 222-230, set/2015.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300222&lng=en&nrm=iso. Acessado em 24/05/2020.

GOOGLE EARTH. **MAPAS**. 2019 <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>.
Acessado em 05/02/2019.

GORAYEBE, A; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais: metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. In: GORAYEB, A.; MEIRELES, A.J.A.; SILVA, E.V. da. (Org.) **Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica Editora, p. 09-24, 2015.

GUERRA, J. G. A. **Mendonça do Amarelo: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica**. João Pessoa-PB: Ideia, 2017.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3.ed. São Paulo-SP: Contexto, 2015.

Diagnóstico e mapeamento social de paisagens: diálogo de saberes com comunidade autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte, Brasil. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins, Edson Vicente da Silva, Paulo Cesar Moura da Silva.

HENAO, G. T. A.; MARTÍNEZ, J. F. E.; TREJOS, E. Z.; SILVA, W. R. da. Cartografias sociais entre técnicas de geoprocessamento y prácticas etnográficas: reflexiones desde la experiencia cartográfica em la Comunidad Indígena Costa Rica, Colombia. **Vivência - Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 31 de maio de 2019. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/13903>. Acessado em 01/06/2020.

HOFRICHESTER, M. **Análise SWOT**. São Paulo-SP: Editora Simplíssimo, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Trabalho elaborado em comemoração ao Dia do Índio. Brasília-DF: 2010. http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acessado em 01/06/2020.

_____. **IBGE CIDADES**: João Câmara. Brasília-DF: 2018. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/joao-camara/panorama>. Acessado em 01/06/2020.

IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte 2018**. Natal: IDEMA, 2018. <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1357&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Socioecon%C3%B4micos> Acessado em 17/05/2020.

LEAL-LANDEROS, J.; RODRIGUEZ-VALDIVIA, A. Cartografia social de Chapiquiña: reivindicando os direitos territoriais indígenas nos Altos de Arica, Chile. **Íconos**, Quito, n. 61, p. 91-114, ago. 2018. http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-12492018000200091&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 01/06/2020.

LEFF, H. **As aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

MACEDO, H. A. M. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte**: história e mestiçagens. Natal-RN: EDUFRN, 2011.

MARDAN, A.; DAROINI, A.; TALHAH, A. Empowerment of Farmer Group Based On Rice Farming In Ponorogo District Empowerment is an effort to meet the needs of individuals, groups and the wider community so that they have the ability to make choices and control their environment in order to fulfill. **Agricultural Science**, v. 2, n. 2, p. 90-100, 2019. <http://agriscience.scientific-work.org/index.php/agriscience/article/view/22>. Acessado em 01/06/2020.

MARTINS, J. C. de V.; SILVA, T. M. C. da; OLIVEIRA, A. M. de, SILVA, E. V. da; OLIVEIRA, I. P. R. A. de. Potencialidades turísticas e aspectos socioambientais em duas comunidades autoidentificadas indígenas no Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, n. 13, v.1. fev-abr 2020. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9364> Acessado em 01/06/2020.

Diagnóstico e mapeamento social de paisagens: diálogo de saberes com comunidade autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte, Brasil. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins, Edson Vicente da Silva, Paulo Cesar Moura da Silva.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 29.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

MONTEIRO, D.M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** 4.ed. Natal-RN: Flor de Sal, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. KHOURY, Y.A. São Paulo -SP: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História.** v. 10, 1993. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763> . Acessado em 04.04.2020.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO Escritório do Brasil. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Brasília, 2011. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acessado em 29/05/2020.

OLIVEIRA, J. N. V. **Revista de Humanidades: “ser índio” e “ser caboclo” potiguar: história indígena e o processo identitário nas comunidades dos caboclos do Assú.** v.15, n.35, p.191-197, 2014. <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7819>. Acessado em 14/05/2020.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro-RJ: Contra capa, 2016, 384p.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os direitos dos povos indígenas.** 2007. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Povos-Ind%C3%ADgenas/declaracao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-dos-povos-indigenas.html>. Acessado em 29/05/2020.

_____. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** 2015. <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acessado em 18/05/2020.

PALLADINO, L.; ÁVILA, C. A. Experiencias y diálogos en el mapeo colectivo de territorios comechingones en San Marcos Sierras y alrededores. Córdoba-Argentina: Universidad Nacional de Córdoba. **Revista de Extensión Universitaria.** 2018. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/89381>. Acessado em 01/06/2020.

PEREIRA, M. G. N. **Potiguaras de Sagi: da invisibilidade ao reconhecimento étnico.** Natal/RN: UFRN, 2015 (Dissertação de Mestrado). <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20325>. Acessado em 07/05/2020.

QGIS – Quantum Geographic Information System. **Open Source Geospatial Foundation Project (OSGeo).** Versão 2.14. 2017. https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html. Acessado em 05/05/2020.

QUIJANO. A. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org.) *Epistemologias do Sul.* São Paulo-SP: Cortez, p.84-130, 2010.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 43, v. 3, p. 30-58, set-dez, 2021.
ISSN: 2176-5774

RESENDE, A. C. Z. **O debate na organização das nações unidas sobre a noção de "povos indígenas" e o direito à autodeterminação.** In: SILVEIRA, V.O.; DIAS, J.A.; LOPES, A.M.D. *Direito Internacional dos Direitos Humanos I.* p. 156-184. 2014. <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=195>. Acessado em 29/05/2020.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2014.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator. Revista de Geografia da UFC.** Ano 1, n. 1, 2002. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/download/198/164>. Acessado em 03/05/2020.

_____. **Planejamento e Gestão Ambiental:** subsídios da Geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica. 2.ed. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2016.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. A.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geoecologia das Paisagens:** uma visão geossistêmica da análise ambiental. 4.ed. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2013.

SANTOS, B. S. A territorialização/desterritorialização da exclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. In: **Seminário "Estudos territoriais de desigualdades sociais"**. São Paulo-SP: PUC/SP, 2001.

<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Boaventura.pdf> Acessado em 04.06.2020.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Como elaborar um plano de negócios.** Brasília/DF: SEBRAE Belo Horizonte, 2017.

http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/COMO%20ELABORAR%20UM%20PLANO_baixa.pdf. Acessado em 13/05/2020.

SILVA, C. M. M. **Em busca da realidade: a experiência da etnicidade dos Eleotérios, Catu-RN.** Natal/RN: UFRN, 2007 (Dissertação de Mestrado).

http://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/observatorio-da-diversidade/banco-de-monografi-as-sobre-a-diversidade/em-busca-da-realidade201d-a-experiencia-da-etnicidade-dos-eleoterios-catu-rn-1/at_download/file. Acessado em 13/05/2020.

SILVA, M. I. S. **Entrevista concedida a MARTINS, J. C. V.** João Câmara-RN, 02 out. 2017.

VIEIRA, J. G.; KÓS, C. Invisibilidade, resistência e reconhecimento. In: RICARDO B.; RICARDO F. **Povos Indígenas do Brasil 2011/2016.** São Paulo-SP: Instituto Socioambiental, p. 519-522, 2017.

Submetido em: junho de 2020.

Aceito em: junho de 2021.